A verdadeira vocação agrícola do Rio

TITO RYFF*

Em torno da cidade do Rio de Janeiro concentram-se mais de 80% da população, da atividade econômica e da receita tributária de todo o estado. Já o interior sofreu um forte esvaziamento demográfico e econômico. Sem a correção desta distorção, o ambiente econômico e social da região metropolitana apresentará deseconomias externas crescentes, inviabilizando a atração de novos investimentos e comprometendo a permanência no estado de atividades que aí já são desenvolvidas.

Hoje em dia, as praias de Copacabana, Leblon e Ipanema, o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o Maracanã e o Sambódromo são a marca registrada do Rio de Janeiro, o mais citadino e cosmopolita dos estados brasileiros. Cerca de 92% dos fluminenses vivem em cidades e a maioria esmagadora da população comprime-se no espaço relativamente exíguo da região metropolitana.

É possível encontrar, no interior fluminense, as marcas do tempo em que as riquezas geradas pelo café, a cana-de-açúcar e a laranja financiavam a construção de residências, prédios públicos e ferrovias.

Houve época, contudo, em que as praias de Copacabana, Leblon e Ipanema ainda não tinham sido desbravadas e o Cristo Redentor, o Maracanã e o Sambódromo não haviam sido construídos. É possível encontrar, no interior fluminense, as marcas desse tempo em que as riquezas geradas pelo café, a cana-de-açúcar e a laranja financiavam a construção de residências, prédios públicos e ferrovias. O cansaço das terras, a abolição da escravatura, a miopia das elites e a falta do influxo renovador da imigração européia deslocaram tais atividades para outros estados e minaram a base econômica do interior fluminense.

Hoje, o Rio de Janeiro é um estado da Federação que se destaca pelo acentuado desequilíbrio entre a região metropolitana e o interior. A correção dessa distorção é fundamental para o seu desenvolvimento e para o bem-estar de sua população. Caso contrário, o ambiente econômico e social da região metropolitana apresentará deseconomias externas crescentes, inviabilizando a atração de novos investimentos e comprometendo a permanência no estado de atividades que aí já são desenvolvidas.

A interiorização do desenvolvimento econômico e social é, portanto, uma necessidade urgente, que requer a elaboração de uma estratégia apropriada. Nessa estratégia, a agricultura deve ocupar papel de destaque, já que nenhuma outra atividade tem capacidade igual à sua de promover o processo de interiorização. Para tanto, contudo, é preciso substituir a agricultura tradicional, pouco capitalizada e com baixo rendimento por unidade de terra e de mão-de-obra, que caracteriza hoje boa parte do meio rural fluminense, por uma agricultura moderna, inserida no complexo agroindustrial e capaz de proporcionar multiplicação da renda e do emprego. Isto só será possível com uma ação conjunta do poder público, da iniciativa privada e dos centros de ciência e tecnologia que permita superar os entraves presentes na vida econômica, social e política da sociedade fluminense.

Entraves à interiorização

O principal entrave consiste no círculo político e administrativo vicioso que deslocou a agricultura para o último posto nas prioridades dos governos estadual e municipais. O paulatino esvaziamento demográfico do interior fez-se acompanhar da perda de seu peso eleitoral e, portanto, também de seu poder político. Em conseqüência, a atenção dos governantes voltou-se cada vez mais para as necessidades sociais e econômicas da capital e da região metropolitana, fazendo com que a participação da agricultura no orçamento do estado caísse gradativamente, até passar a girar, nos últimos 10 anos, em torno de 0,6%, percentual inferior ao de sua participação no produto interno bruto do Rio de Janeiro e insuficiente para promover a recuperação do setor.

Um papel de maior destaque para a agricultura nas preocupações governamentais só ocorrerá com a sedimentação, nos círculos em que se processam as mais altas decisões políticas e administrativas, da idéia de que o Rio de Janeiro precisa, urgentemente, de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social que promova a interiorização do progresso e do bem-estar material.

* Economista da FGV e ex-secretário da Agricultura do Rio de Janeiro.

Com a conquista de uma nova importância política e administrativa, a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca poderá registrar, então, uma elevação gradativa de sua participação no orçamento do estado, até alcançar pelo menos o nível de 2% que corresponde à participação da agricultura no PIB, bem como obter a integração de outros órgãos da administração estadual num programa de governo destinado a criar as condições para o progresso econômico e social do meio rural fluminense. O desenvolvimento do interior do estado requer uma atuação mais efetiva de órgãos como o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER), a Companhia Estadual de Eletricidade (Cerj), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), dentre outros.

Vencido este primeiro e principal entrave, há duas tentações que devem ser evitadas a qualquer preço na tarefa de promover o desenvolvimento rural do estado: a da volta ao passado e a da busca da auto-suficiência.

A tentação da volta ao passado consiste em procurar reeditar o perfil da agricultura fluminense do século passado ou do imediato pós-guerra. Ou seja, tentar reconstituir os períodos áureos do café, da cana-de-açúcar e da laranja, fazendo abstração das mudanças que ocorreram, desde então, na agricultura brasileira e, sobretudo, na dos estados fronteiriços ao Rio de Janeiro, como se fosse possível percorrer o caminho inverso do Vale do Paraíba para trazer o café de volta às terras fluminenses. Esta atitude esbarra, contudo, nas novas características da estrutura fundiária do estado, marcada pela presença de pequenos e médios estabelecimentos rurais pouco capitalizados. Como reimplantar, então, em larga escala, cultivos caracterizados por longos períodos de maturação, pela necessidade de grandes extensões de terra e pela exigência de quantidades significativas de capital e de trabalho? Isto não significa dizer que a regeneração e mesmo a ampliação moderada dos cultivos de café, cana-de-açúcar e laranja não devam ser estimuladas. Muito pelo contrário, estas lavouras são essenciais para a geração de empregos no meio rural e desempenham, em alguns casos, papel importante na economia de certas regiões do estado. Mas uma estratégia de modernização a longo prazo da agropecuária fluminense não pode ter como sustentação tais atividades.

O principal entrave ao desenvolvimento rural fluminense consiste no círculo político e administrativo vicioso que deslocou a agricultura para o último posto nas prioridades de governo.

Igualmente mal-informada é a posição dos que sonham com uma espécie de auto-suficiência agrícola para o Rio de Janeiro, como se o estado fosse uma nação independente que devesse se preocupar com uma política de segurança alimentar. Esquecem que o Rio de Janeiro é um estado de extensão territorial relativamente pequena e de superfície fortemente acidentada. Por essa razão, jamais poderá competir com Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros estados na produção de grãos e na pecuária extensiva. É certo que a produção de grãos pode aumentar substancialmente, graças à elevação da produtividade, com a introdução de novas variedades de plantas, e à incorporação de novas terras ao plantio. O Rio de Janeiro possui muitas várzeas, ainda pouco utilizadas, que se prestam ao cultivo de arroz. Existem, também, condições para que o plantio de feijão se expanda em várias regiões do estado, pois esta leguminosa se consorcia com outras culturas, dentre as quais sobressai a cana-de-açúcar, que ocupa vastas extensões de terra. O milho, por sua vez, pode ampliar seus espaços em terrenos planos ou em áreas de encosta de menor declive, onde oferece alternativa econômica melhor do que os pastos de má qualidade que proliferam no interior do estado. E, finalmente, a pecuária de corte fluminense tem possibilidade de se especializar na engorda final do gado para abate, em regime de confinamento ou semiconfinamento, que não exige grandes extensões de terra. Mas, apesar disto, o Rio de Janeiro continuará a importar grãos e carne bovina de outros estados para atender às necessidades do segundo maior mercado consumidor do país, composto de 14 milhões de habitantes.

Sendo assim, a busca da auto-suficiência pode se transformar numa espécie de miragem inatingível, capaz de distorcer a formulação de políticas de apoio à agricultura e de promover o desperdício de recursos públicos. O mais indicado é fazer com que o Rio de Janeiro se especialize naquilo que pode produzir melhor do que a maioria dos outros estados da Federação, em vez de promover a substituição de produtos que importa em grande quantidade.

Vocação do estado

Que vocações agrícolas do estado deverão, então, ser estimuladas? É fácil constatar que essas vocações residem, por razões socioeconômicas, nas atividades capazes de gerar maior renda por unidade de terra e de trabalho e que melhor se adaptem ao grande universo de pequenas e médias propriedades rurais que caracteriza a agricultura fluminense. Nesse contexto, destaca-se a olericultura, atividade agrícola que mais cresceu nos últimos 20 anos no Rio de Janeiro, e que gera, atualmente, a maior parcela da renda agrícola do estado. A explicação é simples: os legumes precisam chegar rápido ao mercado para serem adquiridos ainda

frescos pelo consumidor e são, além disso, produtos de ciclo curto que não exigem grandes inversões de capital e garantem um fluxo de renda praticamente contínuo para o produtor. Ou seja, a olericultura adapta-se, como uma luva, às condições socioeconômicas da agricultura fluminense.

A fruticultura é outra das vocações inequívocas do estado. A topografia excessivamente acidentada, prejudicial à produção de grãos e à pecuária extensiva, oferece, por outro lado, uma grande variedade de climas que permite desenvolver a fruticultura de clima temperado ou subtropical nas áreas mais altas, sobretudo a região serrana, e a fruticultura tropical nas terras baixas e de temperatura elevada. Como no caso das olerícolas, a proximidade do mercado também representa importante vantagem para a fruticultura, pois permite oferecer ao consumidor frutos colhidos mais perto de sua maturação e, portanto, de melhor sabor e aparência. A combinação adequada de espécies de ciclo médio e de ciclo longo de produção pode viabilizar a adoção da fruticultura, em associação com outras atividades, em estabelecimentos de pequeno e médio portes.

A floricultura é mais uma atividade em que a variedade climática aparece como fator favorável, possibilitando tanto a produção de espécies de clima quente (como o cultivo do hibisco na região dos lagos, por exemplo) como de clima frio ou temperado. A região serrana já teve, no passado, uma floricultura importante, cuja pujança foi decaindo em razão da desorganização dos produtores e da falta de progresso nas técnicas de cultivo, mas que pode ser reavivada com o apoio do governo estadual e das prefeituras interessadas.

Duas tentações devem ser evitadas; a qualquer preço na tarefa de promover o desenvolvimento rural do estado: a da volta ao passado e a da busca da auto-suficiência.

A par das atividades já mencionadas, muitas outras vêm se desenvolvendo com sucesso no estado e representam oportunidades econômicas a serem incentivadas, tais como a produção de condimentos, ervas aromáticas e cogumelos (na região serrana começam a surgir produtores do cogumelo *shitake* de alto valor comercial).

A criação de animais de pequeno e médio portes é também uma das vocações agropecuárias do estado que ainda se acham insuficientemente exploradas. A avicultura fluminense, por exemplo, é expressiva, embora já tenha experimentado dias melhores. A suinocultura desenvolve-se aos poucos e começam a surgir alguns pólos promissores que utilizam técnicas avançadas de criação. Já a caprinocultura de leite do Rio de Janeiro destaca-se no país pelo seu avanço técnico e pela qualidade de suas lideranças. Com a construção, pelo governo do estado, de uma usina de produção de leite de cabra em pó, em Nova Friburgo, esta atividade dará novo salto de qualidade no estado. É importante consolidar e melhorar o desempenho dessas atividades de criação que têm maior destaque e promover, ao mesmo tempo, a expansão de algumas outras ainda incipientes mas de grande potencial, como cunicultura, codornicultura, apicultura e ranicultura, por exemplo.

Na pecuária de leite, segmento importante da produção, devido ao valor social do produto e ao grande número de pequenos produtores que se dedicam à atividade, há, também, grandes possibilidades de aumento da produção. A produtividade média fluminense, de 3,2 l/dia para vacas em período de lactação, embora superior ao índice nacional de 2,7 l/dia, é muito baixa e pode ser elevada de forma substancial com um trabalho sistemático de melhora genética, controle sanitário e alimentação adequada do rebanho.

O reflorestamento, para fins energéticos, produção de celulose ou extração de madeiras nobres, é outra atividade cujo potencial econômico ainda não foi devidamente explorado no estado. Nas regiões norte e noroeste, a cobertura vegetal encontra-se totalmente degradada, ao mesmo tempo em que há grave carência de madeira como fonte de energia. No sul do estado, por outro lado, a estrutura fundiária, caracterizada por pequenos e médios estabelecimentos rurais e o clima mais frio criam condições favoráveis à produção de madeiras de qualidade, como forma de complementar a renda de agricultores e pecuaristas.

Não menos importante é a enorme vocação do Rio de Janeiro para a pesca e para a aqüicultura, seja ela costeira ou de interior. O estado já foi o maior produtor de pescado do país e hoje ocupa o terceiro lugar. Para impulsionar de novo a atividade pesqueira faltam uma boa escola de pesca, um terminal marítimo moderno e uma frota renovada. O governo do estado vem trabalhando nessa direção. Já está em construção uma escola de pesca em São Gonçalo; procura-se, em colaboração com as prefeituras da região metropolitana, a área mais adequada para a implantação do terminal e entreposto de pesca; e estuda-se, no âmbito da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro, a construção de barcos pesqueiros de fibra de vidro, mais econômicos e de maior durabilidade, para renovar a frota pesqueira fluminense. Quanto à aqüicultura, o litoral do estado, longo e recortado, marcado

pela presença de baías e reentrâncias que constituem áreas naturais de reprodução de várias espécies, presta-se admiravelmente à aqüicultura estuarina e à maricultura. E, no interior, a existência de inúmeros corpos d'água (rios, lagoas) oferece boas oportunidades para o desenvolvimento da piscicultura.

Não há dúvida, portanto, de que as vocações agrícola, pecuária e pesqueira do Rio de Janeiro, insuficientemente exploradas, representam um potencial econômico considerável, capaz de servir de instrumento efetivo à interiorização do desenvolvimento em nosso estado, tão necessitado de recuperar o equilíbrio entre o campo e a cidade. Mas o que fazer para pôr em relevo esse potencial?

Como incentivar o potencial econômico

São tantas as iniciativas, públicas e privadas, a serem adotadas para permitir que o potencial agropecuário e pesqueiro do Rio de Janeiro se materialize na forma de expansão da produção, da renda e do emprego, que não seria possível, no contexto deste artigo, tratá-las em detalhe ou enumerá-las todas. A seguir, sugerem-se algumas que, pela sua abrangência e relevância estratégica, são indispensáveis ao processo de recuperação da economia rural fluminense.

As vocações agrícolas do estado residem nas atividades capazes de gerar maior renda por unidade de terra e de trabalho e que melhor se adaptem ao universo de pequenas e médias propriedades rurais que caracteriza o interior.

Falta de um plano estratégico que assegure a continuidade das políticas — O primeiro obstáculo a ser superado é o da falta de um plano diretor de médio prazo para orientar o desenvolvimento do setor, o que acaba gerando a descontinuidade de programas e projetos. Como não há um plano explicitando objetivos e metas de médio e longo prazos, nem detalhando os meios necessários para a sua consecução, os projetos, na maioria das vezes, se perdem na passagem de um governo para outro e, em alguns casos, até mesmo no curso de uma mesma administração, quando há substituição de secretário. Um plano faz falta ainda para orientar a ação permanente das empresas vinculadas à secretaria, cuja atividade fica ao sabor da administração do momento, e para fundamentar a cooperação indispensável entre órgãos públicos e setor privado.

Deficiência em matéria de organização dos produtores — Uma das deficiências mais graves do setor agropecuário fluminense é a falta de organizações fortes de produtores, sob a forma de cooperativas ou associações. Por essa razão, muitas iniciativas públicas se perdem, as autoridades ficam sem interlocutores credenciados no meio rural, o trabalho dos técnicos da pesquisa e da extensão rural torna-se mais difícil e a comercialização da produção acaba sendo feita de maneira inadequada, por cada um dos produtores individualmente. O Rio de Janeiro não tem tradição cultural de associativismo no meio rural equivalente à de estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, cujo setor agrícola é caracterizado pela presença de descendentes de imigrantes europeus ou asiáticos que trouxeram, em sua bagagem, a semente do cooperativismo. Com raras exceções, o cooperativismo no Rio de Janeiro, quando existe, é marcado por distorções e ineficiências. Neste sentido, o poder público estadual tem um enorme trabalho a desenvolver, a fim de incentivar o associativismo no setor agropecuário do estado e de fiscalizar o seu funcionamento.

Integração de esforços — É fundamental para o processo de desenvolvimento agropecuário do estado que se promova uma perfeita integração de esforços entre governo, iniciativa privada e centros de elaboração do conhecimento científico e tecnológico. Sem isto, será difícil implantar uma agricultura moderna e eficiente, como a que o estado requer. Felizmente, o Rio de Janeiro possui, em seu território, um conjunto expressivo de instituições de ensino e pesquisa voltadas para a agropecuária, que podem ser mobilizadas para a tarefa do desenvolvimento rural do estado. Dentre elas, vale citar: o Centro Nacional de Biologia do Solo, o Serviço Nacional de Levantamento de Solos, o Centro Nacional de Tecnologia de Alimentos — todos eles vinculados à Embrapa —, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense e a BioRio, centro de biotecnologia localizado na UFRJ. O que falta é uma política sistemática do poder público destinada a integrar os esforços dessas instituições e da iniciativa privada em torno de um plano de desenvolvimento agropecuário para o estado.

Investimentos públicos em infra-estrutura — Uma das razões que levaram ao esvaziamento demográfico do interior fluminense e continuam provocando a migração de mão-de-obra do campo para as cidades é a falta de uma infra-estrutura social adequada. E isto ocorre não apenas no que diz respeito a benefícios sociais básicos, como educação e saúde, mas também no que se refere a serviços que melhoram a qualidade de vida das pessoas, como por exemplo eletricidade, saneamento básico, telefonia. Mas a deficiência da infra-estrutura produz, também, efeitos econômicos e acaba se transformando num dos principais fatores inibidores do progresso no interior. A má conservação das estradas vicinais, e até mesmo de algumas rodovias estaduais, a falta de comunicação telefônica, a ausência

ou deficiência da rede elétrica, que impede tanto a utilização de máquinas e equipamentos quanto o barateamento da energia gasta no processo de irrigação, são causas importantes do atraso da agropecuária do Rio de Janeiro. Nunca é demais lembrar que o estado do Rio possui o mais baixo índice de eletrificação rural dentre os estados das regiões Sul e Sudeste e que, neste particular, sua situação assemelha-se à dos estados do Nordeste.

Treinamento da mão-de-obra e educação rural — A migração rural do interior do estado afetou, como era de se esperar, a população economicamente ativa. Os jovens em idade de entrar na escola secundária ou de ingressar no mercado de trabalho são os primeiros a deixar o interior, em busca de melhores oportunidades na cidade. Falta, ao mesmo tempo, para aqueles que ficam, o ensino rural profissionalizante que lhes permita exercer, com produtividade e eficiência, uma profissão agrícola. Atualmente é difícil encontrar, no meio rural fluminense, um bom técnico agrícola, um retireiro experiente, alguém que saiba fazer um enxerto de fruteira. A carência de mão-de-obra especializada é a principal queixa de médios e grandes produtores do estado. O estado tem 13 escolas agrícolas que, no passado, eram subordinadas à Secretaria de Agricultura, e hoje são coordenadas pela Secretaria de Educação. A situação em que se encontram é, muitas vezes, lastimável. Faltam professores, máquinas e equipamentos. Em algumas, não obstante a existência de vastas áreas agricultáveis, a produção agrícola é insignificante, incapaz mesmo de prover a merenda escolar. Seria necessário estabelecer uma administração conjunta das secretarias de Agricultura e de Educação, envolvendo os serviços de extensão rural e de pesquisa, bem como as comunidades locais, para assegurar o funcionamento satisfatório dessas escolas.

Olericultura, fruticultura, floricultura, criação de animais de pequeno e médio portes, reflorestamento, pesca e aqüicultura são algumas das vocações do estado.

Uma outra causa de migração rural é a falta de escolas secundárias em muitos municípios fluminenses. Quando o jovem atinge a idade de entrar no ginásio, ele é obrigado, para continuar estudando, a mudar-se para outro município, hospedando-se em casa de amigos ou parentes. Perde contato com suas raízes rurais e dificilmente volta para o campo. Ou então permanece na roça, mas sem nenhuma possibilidade de continuar se instruindo. Torna-se um simples trabalhador braçal, incapaz, muitas vezes, de assimilar os conhecimentos necessários ao exercício de uma agricultura moderna. A constituição de consórcios municipais, para a construção e manutenção de escolas secundárias não muito afastadas da área de origem de sua clientela estudantil, é fundamental para reverter este quadro de carência.

Outras medidas

Além dessas iniciativas de ordem geral, outras medidas, que configuram instrumentos importantes para o processo de desenvolvimento rural do estado, deveriam ser adotadas. Dentre elas sobressaem: o aproveitamento de dados já disponíveis para a elaboração do zoneamento agroecológico do estado; a definição de uma unidade geográfica básica de implantação de projetos; o estímulo à constituição de consórcios municipais; a implantação de uma política de captação de recursos para investimentos rurais; a adoção de uma estratégia destinada a ampliar as fronteiras agrícolas do estado; a implantação de uma política de transferência tecnológica, que permita difundir, entre os agricultores, novas variedades de plantas e práticas agrícolas de eficiência comprovada pela pesquisa.

Um dos pontos de partida para um planejamento adequado do desenvolvimento agropecuário do estado do Rio de Janeiro é a utilização do trabalho de zoneamento agroecológico do estado — já praticamente pronto — feito pela Embrapa. O conjunto de mapas disponíveis permite levantar as aptidões edafoclimáticas e conjugá-las com informações de caráter econômico e social, possibilitando a definição de vocações econômicas para cada uma das regiões do estado. Esta definição de vocações locais é importante para orientar as decisões de plantio dos produtores e a atuação dos órgãos de pesquisa e de assistência técnica, para promover a atração de capitais a serem utilizados em investimento e para favorecer a constituição de consórcios de municípios em torno da estratégia de desenvolvimento para suas regiões.

É importante, igualmente, ter a definição de uma unidade geográfica básica de operação das ações conjugadas dos órgãos da Secretaria de Agricultura, que permita monitorar e avaliar a atuação desses órgãos. As microbacias hidrográficas parecem constituir, na maioria dos casos, esta unidade básica ideal (ver *Agroanalysis*, 15(5), maio 1995). Em torno das ações voltadas para tais unidades básicas é que irá se constituir a cooperação entre estado e municípios.

O estímulo à constituição de consórcios municipais para a solução de problemas de interesse comum é, aliás, outra iniciativa que deve constar necessariamente de um rol de ações a serem empreendidas para resgatar o interior fluminense da situação de atraso em que se encontra. O governo do estado poderia condicionar sua participação em projetos e investimentos de interesse de mais de um município à formação de um consórcio de

municípios que financiasse uma parcela do custo do projeto ou que se responsabilizasse pela manutenção e conservação dos investimentos feitos.

Seria importante, também, imaginar formas criativas de captação de recursos para investimento em atividades relacionadas com o agribusiness. Em geral, o investidor urbano vê a atividade agrícola como sendo excessivamente tradicional e atrasada e altamente sujeita a riscos. A administração rural é quase sempre familiar e as técnicas de gestão são rudimentares, quando não, inexistentes. No entanto, os poupadores urbanos já ouviram falar do agribusiness e de sua rentabilidade crescente. Se lhe forem oferecidas oportunidades de investimento que apresentem gestão técnica e financeira competente, acesso permanente às informações relacionadas com a gestão e rentabilidade adequada para o investimento, o investidor urbano pode vir a se interessar pela aplicação de recursos no meio rural. Durante algum tempo, estudou-se a forma legal mais adequada à constituição de condomínios rurais que permitissem captar recursos de um grupo de investidores — não necessariamente envolvidos de modo direto na gestão — desejosos de aplicar recursos em empreendimentos agroindustriais. Existem, enfim, várias formas — sociedades anônimas, consórcios de investimento, condomínios rurais — tanto de captar investimentos para o setor rural quanto de modernizar a gestão do empreendimento agrícola.

O aproveitamento do potencial agropecuário e pesqueiro do estado exige uma variedade de iniciativas públicas e privadas, articuladas por um planejamento estratégico.

Uma das limitações que inibem o crescimento da produção agropecuária fluminense é a aparente falta de terras ainda disponíveis para a atividade agrícola no Rio de Janeiro. De fato, tendo em vista a relativa exigüidade do território fluminense e o caráter fortemente acidentado cerca de 2/3 de sua extensão, a escassez relativa de terras pode ser um entrave à expansão da produção. Neste sentido, é fundamental uma ação coordenada dos órgãos públicos com o objetivo de ampliar a fronteira agrícola do estado. Para isto, é preciso: promover a irrigação de boa parte das terras do norte fluminense, o que permitirá produzir a mesma quantidade de cana-de-açúcar em menor espaço de terra, liberando hectares para outras finalidades; substituir a pecuária extensiva pela criação semi-intensiva; drenar as áreas inundadas; dar um aproveitamento agrícola adequado às várzeas úmidas; utilizar as áreas de meia encosta para a produção de fruteiras; estimular o uso de estufas para a produção de mudas.

A agricultura fluminense precisa superar, também, o atraso tecnológico que é hoje um dos principais fatores a colocá-la em condição de inferioridade diante da agricultura de outros estados da Federação. Como exemplos deste atraso tecnológico, podemos assinalar: a má qualidade das mudas de plantas frutíferas produzidas no estado; a não utilização das técnicas de plantio e de preparação de mudas em estufas; a produção insuficiente de sementes melhoradas e certificadas de milho, arroz e feijão; o emprego inadequado das técnicas de irrigação, associado à má conservação da umidade do solo; as práticas de cultivo que degradam a qualidade do solo sobretudo o cultivo em terrenos de declividade inadequada; e a adoção incipiente da mecanização agrícola. Pode-se dizer que, atualmente, o problema do estado é menos o de geração de novas tecnologias do que a transferência de tecnologias já disponíveis para o agricultor e a organização de produtores para a constituição de segmentos tecnologicamente avançados da produção, tais como o cultivo de mudas e de sementes de qualidade, sobretudo com a adoção de técnicas de cultivo de mudas em bandeja e de plantio em estufas.

Por fim, no tocante às inovações de caráter mecânico, uma das deficiências notáveis que fragilizam a agropecuária fluminense é a falta de máquinas agrícolas em quantidade suficiente para atender à demanda de serviços. Muitas terras deixam de ser aradas por falta de mão-de-obra e, na ausência desta, de equipamentos que permitam a sua substituição. Por essa razão, a falta de mão-de-obra faz-se sentir de forma mais aguda e, ao mesmo tempo, o trabalho agrícola é visto como predominantemente braçal, e portanto penoso. Além de expandir o número de seus escritórios de irrigação e drenagem (Erid), o governo deveria incentivar o surgimento de empresas prestadoras de serviços de mecanização agrícola, por meio de financiamento e de benefícios fiscais como, por exemplo, a isenção do imposto sobre serviços (ISS), e estimular a formação de patrulhas mecanizadas por parte de municípios consorciados.

Verifica-se, portanto, que a tarefa de regenerar o setor agropecuário do estado do Rio de Janeiro não é fácil. Requer decisão política, planejamento, continuidade das ações, integração de esforços do poder público, do setor privado e dos centros de ensino e pesquisa e uma série de iniciativas de caráter específico que exigem a mobilização de diversos órgãos das administrações federal, estadual e municipais em torno de um objetivo comum. Essa tarefa é, no entanto, possível e desejável. Sem ela, o processo de saturação da região metropolitana tenderá a agravar-se ainda mais e, com ele, se acentuará a degradação da qualidade de vida da capital e dos municípios vizinhos.